

Iuri Engel Francescutti

Reforma Tributária

▮ Princípios informadores,
consensos sobre justiça e
bases de incidência ideais

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2023

Copyright © 2023 by Iuri Engel Francescutti

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

1252969

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F815r

Francescutti, Iuri Engel

Reforma tributária : princípios informadores, consensos sobre justiça e bases de incidência ideais / Iuri Engel Francescutti. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.

372 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2405-1

1. Reforma tributária - Brasil. 2. Justiça tributária. 3. Sistema tributário. 4. Capacidade contributiva. 5. Desigualdade. 6. Progressividade. I. Título.

CDD 343.8104

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1 Elementos do Sistema Tributário	11
1.1 Considerações iniciais	11
1.2 A ideia de sistema jurídico e algumas premissas iniciais.....	12
1.3 A ideia de sistema jurídico tributário	18
1.4 Elementos necessários a um sistema jurídico tributário.....	19
1.4.1 Os apontamentos da doutrina.....	20
1.4.1.1 Adam Smith – primeira sistematização	20
1.4.1.2 Harley Lutz – trazendo Adam Smith para o século XX	25
1.4.1.3 Hugh Dalton – algumas ideias complementares.....	30
1.4.1.4 Fritz Neumark – uma obra completa	33
1.4.1.5 Richard Musgrave, Klaus Tipke e Ricardo Lobo Torres – consolidação de ideias	46
1.4.1.6 Tax by Design: The Mirrlees Review – uma análise econômica	49
1.4.2 Uma proposta, alinhada à doutrina, de enumeração dos elementos	51
1.4.2.1 Justiça e suficiência	51
1.4.2.2 Neutralidade	54
1.4.2.3 Simplicidade	65
1.4.2.4 Flexibilidade.....	80
1.4.2.5 Responsabilidade – fator condicionante.....	81
1.4.3 Considerações finais.....	83

2 A Ideia de Justiça	85
2.1 Considerações iniciais.....	85
2.2 A ideia de justiça das civilizações pré-filosóficas até Kant	89
2.2.1 Civilizações pré-filosóficas.....	89
2.2.2 Grécia Antiga – os filósofos	90
2.2.2.1 Platão	90
2.2.2.2 Aristóteles.....	92
2.2.3 De Roma à Idade Média – um milênio de pouca evolução.....	95
2.2.4 Os contratualistas – Hobbes e Locke	98
2.2.4.1 Thomas Hobbes.....	98
2.2.4.2 John Locke.....	102
2.2.5 Adam Smith – liberalismo e utilitarismo	107
2.2.6 Jeremy Bentham – a consolidação do utilitarismo.....	113
2.2.7 Immanuel Kant – o imperativo categórico.....	116
2.2.8 Síntese da construção do conceito de justiça até Kant	118
2.3 Liberalismo e suas principais vertentes.....	120
2.3.1 Do clássico ao contemporâneo	120
2.3.2 Libertarianismo	124
2.3.3 Críticas ao pensamento libertário.....	135
2.3.4 Liberalismo igualitário	140
2.3.5 Críticas ao pensamento liberal igualitário.....	148
2.4 Considerações finais	156

3 A Ideia de Justiça Tributária	159
3.1 A necessária distinção entre justiça social e judicial tributária....	159
3.2 Os três consensos morais sobre justiça tributária: igualdade, não regressividade e proteção ao mínimo existencial	162
3.3 Transplantando esses consensos para o direito tributário: capacidade contributiva	170
3.4 A construção de um quarto consenso: o combate à desigualdade extrema.....	187
3.4.1 Outras razões para se combater a desigualdade extrema....	201
3.4.2 O que se pode fazer do ponto de vista tributário?	205
3.4.3 Progressividade.....	207
3.4.4 O gasto tributário	219
3.4.5 Desigualdade extrema de mercado e progressividade	223
3.5 Considerações finais.....	224
4 As Bases Ótimas de Incidência	227
4.1 Considerações iniciais.....	227
4.2 As bases primárias: patrimônio, renda e consumo.....	227
4.3 A visão jurídico-econômica nacional	231
4.3.1 Tributos indiretos e regressividade – um erro de premissa	231
4.3.2 Tributação da renda versus tributação (indireta) sobre o consumo.....	241
4.3.2.1 Substituição de bases de incidência e pacto federativo....	241
4.3.2.2 Respeito à falta de elasticidade da demanda e maior transparência	244
4.3.2.3 Progressividade.....	249
4.3.2.4 Origem x destino	254

4.3.2.5 Exportações e importações	258
4.3.2.6 Complexidade, custos de conformidade e fiscalização	261
4.3.2.7 Existem afinal vantagens comparativas?	274
4.3.3 Imposto de renda da pessoa física e da pessoa jurídica	275
4.4 Abordagem econômica: superioridade da tributação sobre o consumo?	279
4.5 Tributação do patrimônio e da herança	288
4.5.1 Imposto imobiliário	289
4.5.2 A tributação do patrimônio líquido (da pessoa física)	294
4.5.3 Imposto sobre herança (e doações)	295
4.6 A matriz tributária brasileira e as principais reformas propostas	299
4.6.1 Críticas à reforma e considerações finais	301
Conclusão	305
Referências	309